

SAÚDE

Governo confirmou morte de feto de 30 semanas pela transmissão a partir da gestante. Exames descartaram outras hipóteses

Primeiro óbito fetal por febre Oropouche

» FERNANDA STRICKLAND

Bruna Sena do Nascimento/Laboratório de Entomologia Médica/SEARB/IEC



O Ministério da Saúde confirmou, ontem, um caso de óbito fetal causado por transmissão vertical da febre Oropouche, em Pernambuco. A grávida tem 28 anos e estava na 30ª semana de gestação. A pasta informou que estão em investigação outros oito casos da infecção. Quatro deles resultaram em morte do feto e os outros apresentaram anomalias congênitas, como a microcefalia.

A doença é considerada um surto por especialistas, pois são contabilizados mais de 7 mil notificações confirmadas neste ano, em 21 estados brasileiros, com três mortes — as primeiras do mundo. A maior parte dos casos são no Amazonas e em Rondônia.

“A confirmação considerou, entre outras informações, resultados que descartaram outras hipóteses de diagnóstico e resultados positivos em exames RT-PCR e imunohistoquímico”, destacou o Ministério da Saúde.

O governo federal também divulgou a elaboração de uma nota técnica com orientações para a metodologia de análise laboratorial, vigilância e a assistência em saúde sobre condutas recomendadas para gestantes e recém-nascidos com sintomas compatíveis com a doença. O material será encaminhado a estados e municípios.

Os oito casos em investigação são em Pernambuco, Bahia e Acre. “Quatro casos evoluíram para óbito fetal e quatro casos apresentaram anomalias congênitas, como a microcefalia. As análises estão sendo feitas pelas secretarias estaduais de saúde e especialistas, com o acompanhamento do Ministério da Saúde, para concluir se há relação entre Oropouche e casos de malformação ou abortamento”, disse a Saúde.

Mortes

Na semana passada, foram registrados dois óbitos por febre Oropouche no interior da Bahia, que estavam sob investigação. Essas foram as primeiras confirmações do país. As vítimas eram mulheres com menos de 30 anos e sem

comorbidades. Elas apresentaram sintomas semelhantes aos de dengue grave.

De acordo com o Ministério da Saúde, não havia registro na literatura científica mundial de mortes por conta da doença. Outro caso semelhante é investigado em Santa Catarina. A pasta fez um alerta para o aumento e a disseminação da infecção no Brasil em maio, pois o número de diagnósticos da doença quintuplicou entre 2023 e 2024.

Segundo o governo, nos próximos dias, será publicado o Plano Nacional de Enfrentamento às Arboviroses, incluindo dengue, zika, chikungunya e Oropouche. No mês passado, o Ministério publicou duas notas técnicas voltadas para gestores estaduais e municipais envolvendo a febre. Uma delas recomenda intensificar a vigilância de casos e alerta para a possibilidade de transmissão vertical da doença — que acontece quando o vírus é transmitido da mãe para o bebê, durante a gestação ou no parto.

A Seção de Arbovirologia e Febres Hemorrágicas do Instituto Evandro Chagas analisou amostras de soro e líquido armazenadas na instituição, coletadas para investigação de arboviroses e negativas para dengue, chikungunya, zika e vírus do Nilo Ocidental. Nessa pesquisa, foi detectado em quatro recém-nascidos com microcefalia a presença de anticorpos contra o vírus da febre do Oropouche.

“Essa é uma evidência de que ocorre transmissão vertical do vírus, porém limitações do estudo não permitem estabelecer relação causal entre a infecção pelo vírus durante a vida uterina e malformações neurológicas nos bebês”, destacou o documento.

Em julho, a investigação laboratorial de um caso de óbito fetal com 30 semanas de gestação identificou material genético do vírus da febre do Oropouche em sangue de cordão umbilical, placenta e diversos órgãos fetais, incluindo tecido cerebral, fígado, rins, pulmões, coração e baço.

“Essa é uma evidência da ocorrência de transmissão vertical do vírus. Análises laboratoriais e de dados epidemiológicos estão sendo realizadas para a conclusão e classificação final desse caso”, informou o Instituto Evandro Chagas.

Segundo o governo, até 28 de julho, o país registrou 7.286 casos de febre Oropouche, com dois óbitos no interior da Bahia

Entenda a febre Oropouche

O que é a doença?

É causada por um vírus, transmitido, principalmente, pelo inseto *Culicoides paraensis*. Também conhecido como maruim ou mosquito-pólvora.

Como ocorre a transmissão?

É causada por um arbovírus (vírus transmitido por mosquitos) chamado *Orthobunyavirus oropoucheense* (OROV).

Quais são os sintomas?

São parecidos com os da dengue e incluem dor de cabeça intensa, dor muscular, náusea e diarreia.

Como é o tratamento?

Não existe tratamento específico para a febre

Oropouche. Os cuidados envolvem apenas os relacionados aos sintomas, como o uso de medicamentos analgésicos e anti-inflamatórios. Os pacientes devem permanecer em repouso e receber acompanhamento médico.

Como o surto tomou as atuais proporções?

Estudos sugerem que a disseminação do vírus foi impulsionada por movimentos de curta distância de mosquitos infectados (menos de 2 km), mas que houve uma proporção significativa de migrações de longa distância (mais de 10 km). Isso indica que atividades humanas contribuíram para a dispersão.

Quais são as recomendações para a população?

Segundo o Ministério da Saúde, é preciso

evitar o contato com áreas de ocorrência ou minimizar a exposição a picadas. Os cuidados incluem:

- Usar roupas que cubram a maior parte do corpo;
- Aplicar repelente nas áreas expostas da pele;
- Limpeza de terrenos e de locais de criação de animais;
- Recolhimento de folhas e frutos que caem no solo;
- Uso de telas de malha fina em portas e janelas.

Fonte: Ministério da Saúde

PREVENÇÃO

Agosto Lilás: combate à violência contra mulher

» HENRIQUE FREGONASSE*

A campanha Agosto Lilás visa trazer ações de enfrentamento e conscientização sobre a violência doméstica contra a mulher. Neste ano, os governos federal e estaduais uniram esforços para a elaboração de iniciativas que buscam aproximar a população brasileira da realidade das vítimas.

O Projeto Banco Vermelho tem o objetivo de instalar assentos dessa cor em espaços públicos de grande circulação de pessoas como, por exemplo, escolas, universidades, estações de trem e metrô, rodoviárias e aeroportos. Nesses locais, estarão estampadas frases que estimulem a reflexão sobre a conscientização e alerta para a violência, assim como o número 180

— telefone do Centro de Atendimento à Mulher.

A criação do projeto está prevista na Lei 14.942, publicada na semana passada, no *Diário Oficial da União*. No item, também são mencionadas premiações para as melhores iniciativas relacionadas à conscientização e ao enfrentamento da violência contra a mulher, assim como à reintegração da vítima.

O Ministério das Mulheres lançou a cartilha Mais Mulheres no Poder, Mais Democracia, que reúne índices alarmantes relacionados às desigualdades e violências praticadas contra as mulheres no Brasil, e pretende ampliar e qualificar o debate sobre a importância política da participação das mulheres nos espaços de poder e tomada de decisão.

Nino Carê/Pixabay



Campanha faz referência à criação da Lei Maria da Penha

Conscientização

Segundo o *Atlas da Violência 2024*, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 48.289 brasileiras foram assassinadas entre os anos de 2012 e 2022. Outro dado preocupante é o do *18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, que detectou que meninas e mulheres são vítimas de violência sexual a cada seis minutos no país.

Para a advogada Cristina Alves Tubino, especialista em direito da mulher e de gênero, a prevenção é fundamental no combate à violência doméstica, pois dá, às mulheres, conhecimento sobre os seus direitos e mostra às vítimas que elas não estão sozinhas.

“Quando a gente explica para a mulher o que é uma violência doméstica, psicológica, moral, mostra

que uma mulher, dentro de um casamento, pode sim, por exemplo, ser estuprada pelo marido, a gente mostra quais são os direitos que ela tem. Muitas das vezes, além de perceber que ela não está só, e que o que está passando é um crime, a vítima percebe que tem meios para buscar ajuda e sair daquele ciclo de violência”, apontou.

“O melhor caminho é sempre a denúncia, mesmo que a vítima não esteja completamente preparada. Quando isso acontece, ela dá um passo difícil de retroceder e, aí, pode sair desse relacionamento tóxico e violento”, disse a presidente da Comissão da Mulher Advogada da Ordem dos Advogados do Brasil do Distrito Federal (OAB-DF), Nildete Santana de Oliveira.

*Estagiário sob a supervisão de Luana Patriolino